

**O ESPORTE COMO ATO DE ESPERANÇA : DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Alex Barbosa Rufino
Liliane Vasconcelos

Resumo

O seguinte artigo tem como proposta, refletir sobre as desigualdades sociais no Brasil e os impactos das políticas sociais no campo da educação e do esporte, com base nas contribuições teóricas de Leonardo Guimarães Neto (1977) quanto questões de desigualdade regionais e a partir de outros teóricos que se debruçam sobre o impacto do esporte enquanto política pública e de educação. Parte-se da compreensão de que o esporte, embora seja frequentemente concebido como um direito social e instrumento de inclusão, reflete e reproduz as desigualdades estruturais do país, embora seja um excelente instrumento de promover a esperança, a educação e a cidadania. Discute-se o papel das políticas públicas de esporte e lazer no enfrentamento (ou perpetuação) desigualdades sociais, evidenciando limites e contradições das ações estatais e da promoção da educação.

Palavras-chave: esporte; educação; desigualdades sociais; políticas públicas.

Abstract

The following article aims to reflect on social inequalities in Brazil and the impacts of social policies in the fields of education and sport, based on the theoretical contributions of Leonardo Guimarães Neto (1977) regarding regional inequalities, as well as on other theorists who address the impact of sport as a public policy and educational tool. The study is grounded in the understanding that sport, although often conceived as a social right and an instrument of inclusion, reflects and reproduces the country's structural inequalities, even while serving as a powerful means of promoting hope, education, and citizenship. The role of public policies on sport and leisure in confronting (or perpetuating) social inequalities is discussed, highlighting the limits and contradictions of state actions and educational promotion. Keywords: sport; education; social inequalities; public policies.

1. Introdução

Uma das características marcantes do Brasil é a desigualdade econômica entre indivíduos e regiões. Do ponto de vista regional, o que se observa é uma concentração relativa de produção e renda nas regiões Sul e Sudeste e maior nível de pobreza nas regiões Norte e Nordeste. O Papa Francisco, por ocasião do lançamento do Pacto Educativo Global, recordou ao mundo que “Educar é sempre um ato de esperança que convida à coparticipação transformando a lógica estéril e paralisadora da indiferença numa lógica diferente, capaz de acolher a nossa pertença comum.” (Francisco, 2020). O Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, fenômeno profundamente enraizado na formação histórica do país e nas estruturas econômicas e políticas que o sustentam. Essa desigualdade manifesta-se em diversas esferas da vida social, incluindo o acesso à educação, ao esporte e ao lazer. Apesar da educação e do esporte serem previstos constitucionalmente como um direito social, sua prática e desenvolvimento são marcados por barreiras socioeconômicas, culturais e territoriais. A partir da análise proposta por Leonardo Guimarães Neto (1997) que examina as políticas sociais no contexto regional, procura-se em especial as políticas públicas de esporte que atuam (ou falham em atuar) diante desse cenário desigual.

Um dos trechos em que Paulo Freire destaca a relação entre educação e cidadania está em Educação como prática da liberdade (1967). Ele afirma:

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade, não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. É nesse sentido que ela se torna um ato de conhecimento e, portanto, um ato político. A verdadeira educação não pode prescindir do exercício da cidadania, porque educar é formar sujeitos capazes de intervir no mundo, de transformá-lo, de assumir-se como cidadãos e não como meros objetos da história. (Freire, 1967, p. 127).

2. As desigualdades sociais no Brasil e o lugar do esporte

As desigualdades sociais no Brasil são estruturais, e refletem uma lógica de concentração de renda, acesso precário a serviços básicos e ausência de políticas redistributivas eficazes. Embora o discurso da inclusão pelo esporte esteja presente nos marcos legais e nos programas governamentais, na prática, o acesso ao esporte permanece restrito a parcelas privilegiadas da população. A Constituição Federal de

1988 no artigo 217 defende o esporte como direito de todos, marcando sua importância legal e social no Brasil. Diversos autores analisam esse artigo como ponto de partida do marco legal do esporte. A partir de tal, o esporte, muitas vezes, é instrumentalizado como uma estratégia compensatória em territórios de vulnerabilidade, funcionando mais como paliativo do que como política estruturante. Nesse sentido, as iniciativas esportivas em comunidades populares tendem a estar atreladas a projetos pontuais, de curta duração e desvinculados de uma política pública contínua e integrada a outras áreas sociais (educação, saúde, cultura, etc.). Segundo Celi Zulke Taffarel (2012) em seu artigo “Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira” analisa a contradição entre exclusão e inclusão social no contexto dos programas sociais de esporte e lazer nas escolas e comunidades brasileiras. A autora discute como esses programas podem tanto reproduzir quanto combater as desigualdades sociais e educacionais existentes.

As políticas públicas esportivas, quando planejadas e executadas de forma consistente, podem gerar consequências positivas expressivas no âmbito escolar e comunitário, como a democratização do acesso ao esporte, a promoção da saúde, o fortalecimento da cidadania e a inclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (Tubino, 2010; Paes, 2016). O esporte, nesse sentido, torna-se uma ferramenta de socialização, de desenvolvimento de valores éticos e de integração comunitária, contribuindo para a redução de comportamentos de risco e para o engajamento cívico (Marques; Gutierrez, 2014). No entanto, quando essas políticas são mal formuladas ou caracterizadas pela descontinuidade, seus efeitos podem ser negativos, resultando em exclusão de determinados grupos sociais, priorização de modalidades de maior apelo midiático em detrimento da diversidade esportiva e uso político do esporte como instrumento de visibilidade governamental (Stigger, 2002; González; Fensterseifer, 2009). Dessa forma, as políticas públicas esportivas podem atuar tanto como mecanismos de emancipação e fortalecimento da cidadania quanto como práticas limitadoras, dependendo da intencionalidade e da efetividade de sua implementação.

3. Políticas sociais e o campo esportivo: entre promessas e limitações

As políticas sociais voltadas ao esporte no Brasil, especialmente a partir da Constituição de 1988, incorporaram o princípio da universalidade. No entanto, a

implementação dessas políticas revela profundas contradições. O Estado brasileiro, historicamente, tratou o esporte de forma marginal nas políticas públicas, priorizando o alto rendimento em detrimento do esporte educacional e de participação quanto a esta questão, Lamartine Pereira da Costa, em Políticas Públicas de Esporte no Brasil (2003) afirma que:

A política esportiva brasileira historicamente concentrou-se na valorização do rendimento esportivo, com grande visibilidade nas mídias e investimentos significativos em atletas de elite, enquanto o esporte educacional e o de participação foram relegados a segundo plano. (Costa, 2003, p. 12).

Ademais, programas como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, ainda que relevantes, sofrem com descontinuidades, cortes orçamentários e dificuldades de gestão. Além disso, a lógica neoliberal que permeia a formulação de políticas sociais desde os anos 1990 reforça uma visão de esporte como mercadoria e oportunidade individual, distanciando-se da perspectiva de direito coletivo. O Programa Segundo Tempo, criado pelo Ministério do Esporte em 2003, teve como objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Seu principal foco era ocupar o tempo ocioso no contraturno escolar com práticas esportivas orientadas, promovendo inclusão, saúde e cidadania.

Apesar das boas intenções e de certo avanço no reconhecimento do esporte como direito social, o programa apresenta limitações estruturais e conceituais importantes. Segundo Taffarel (2005), o programa “reforça a lógica de atendimento da carência”, ao invés de tratar o esporte como uma prática social crítica e transformadora. Outro aspecto a ser discutido são os megaeventos esportivos produzidos no país nos últimos anos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esses eventos ilustram essa contradição: enquanto mobilizam vultosos investimentos públicos, não deixam legado social proporcional às promessas feitas, aprofundando, em muitos casos, processos de exclusão e remoções forçadas em áreas urbanas pobres. Vainer (2011, p. 20) analisou o conceito de “cidade de exceção”, em que direitos e processos democráticos são suspensos para acelerar obras e interesses privados e diz que: “os megaeventos foram tratados como ‘projetos de poder’ e não como projetos públicos. Em vez de integração social, produziram segregação espacial e exclusão.”

4. O papel da escola e da comunidade na democratização do esporte

Uma das alternativas apontadas por estudiosos da área é o fortalecimento do papel da escola pública e das iniciativas comunitárias no fomento ao esporte como prática social emancipadora. A escola, como espaço de formação integral, deve assegurar o acesso ao esporte de forma crítica, pedagógica e inclusiva, rompendo com visões tecnicistas ou meritocráticas. As práticas esportivas comunitárias, por sua vez, quando articuladas com movimentos sociais e com o poder público local, podem contribuir para a construção de políticas mais sensíveis às realidades dos territórios, promovendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos. As desigualdades sociais no Brasil são estruturais e refletem uma lógica de concentração de renda, acesso precário a serviços básicos e ausência de políticas redistributivas eficazes. Embora o discurso da inclusão pelo esporte esteja presente nos marcos legais e nos programas governamentais, na prática, o acesso ao esporte permanece restrito a parcelas privilegiadas da população.

O esporte, muitas vezes, é instrumentalizado como uma estratégia compensatória em territórios de vulnerabilidade, funcionando mais como paliativo do que como política estruturante. Nesse sentido, as iniciativas esportivas em comunidades populares tendem a estar atreladas a projetos pontuais, de curta duração e desvinculados de uma política pública contínua e integrada a outras áreas sociais (educação, saúde, cultura etc.). No ensaio teórico de Felipe Barbosa Passos e Pedro Avalone Athayde eles trazem uma reflexão sobre os riscos de se usar o esporte para controle social, os autores discutem como o esporte é incorporado nas políticas públicas como ferramenta de cidadania e emancipação humana, mas também alertam para o risco de sua instrumentalização para fins de controle social.

Na Bahia, diversos projetos esportivos têm sido implementados com o objetivo de promover inclusão social e desenvolvimento comunitário. No entanto, estudos e análises apontam para contradições e desafios na efetivação dessas iniciativas. A seguir, apresento alguns exemplos de projetos e as críticas relacionadas: a seguir alguns exemplos de projetos que acontecem no nosso Estado.

5. Projetos Esportivos Implementados

Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS) – Feira de Santana

- Objetivo: Promover inclusão social através de atividades esportivas.
- Análise: Estudo publicado na Revista Brasileira de Educação Física e Esporte destaca a necessidade de avaliar o impacto real desses projetos nas comunidades, sugerindo que, embora bem-intencionados, podem carecer de efetividade na transformação social desejada. (Rossi; Alencar; Rossi; Pereira, 2020).

Bahia na Comunidade – Esporte Clube Bahia

- Objetivo: Incentivar vidas mais saudáveis através do futebol, garantindo acesso gratuito e seguro ao esporte para jovens de Salvador.
- Análise: Embora o projeto ofereça materiais esportivos e capacitação para monitores, é fundamental garantir a continuidade e a abrangência das ações para alcançar um impacto significativo e duradouro nas comunidades atendidas. (Esporte Clube Bahia, s.d., p. 1)

Projetos Sociais na Comunidade da Polêmica – Salvador

- Objetivo: Transformar a realidade de crianças e adolescentes através do esporte, afastando-os do crime e promovendo inclusão social.
- Análise: Iniciativas como as da Academia Fênix e Falcão dos Cidadãos têm mostrado resultados positivos, mas enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade e ao apoio contínuo das autoridades locais. (A Tarde, 2024)

Outro ponto que podemos abordar são as parcerias do ente público com as ONG's, trago aqui algumas experiências.

6. Parcerias Esportivas entre o Setor Público e ONGs na Bahia

6.1 Programa FazAtleta 2025

O Governo da Bahia, por meio do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador Olímpico e Paralímpico (FazAtleta), destinou R\$10 milhões em incentivos fiscais para empresas que patrocinam atletas, eventos esportivos e, pela primeira vez, projetos sociais voltados à prática esportiva. Essa iniciativa visa ampliar o apoio

a ações que promovam a inclusão social através do esporte. (Folha do Estado da Bahia, 2025)

6.2 Projetos de Iniciação Esportiva da Sudesb

A Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb) apoia projetos de iniciação esportiva em parceria com entidades esportivas. Entre os projetos estão:

- Natação em Rede (natação, polo aquático, nado artístico)
- Pedal Bicicross
- Remando nas Águas Baianas (canoagem)
- Núcleo de Esportes de Lutas e Combates II (boxe, karatê, judô, jiu-jitsu, entre outras modalidades) (Ba.gov.br, 2024).

Essas iniciativas já alcançaram cerca de 4 mil crianças em dois anos, promovendo o acesso ao esporte em diversas comunidades. (Jornal Grande Bahia, 2024).

6.3 Projeto "Bora Bahêa Meu Bairro"

Em parceria com a Prefeitura de Salvador, o Esporte Clube Bahia lançou o projeto "Bora Bahêa Meu Bairro", que oferece aulas de futebol masculino e feminino para cerca de 1,5 mil crianças de escolas públicas da capital baiana. O projeto utiliza 11 campos adotados pelo clube para as atividades esportivas, visando fortalecer políticas públicas com foco no esporte nas comunidades. (ECBahia.com, 2024).

7. Considerações Finais

Essas parcerias exemplificam o esforço conjunto entre o setor público e organizações da sociedade civil para promover o esporte como instrumento de inclusão e desenvolvimento social na Bahia. O estado apresenta indicadores sociais preocupantes. Em 2024, Salvador foi a última colocada do país em 7 dos 40 indicadores sociais analisados pelo Mapa das Desigualdades entre as Capitais, incluindo os piores índices de renda, emprego e segurança. Apesar desse cenário, a Bahia tem se destacado positivamente no investimento em esporte. Estudo do

Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), revelou que, nos últimos oito anos, a Bahia tem sido o estado que mais investe no esporte no Brasil. Entre 2023 e 2025, o estado investiu quase meio bilhão de reais na construção e revitalização de espaços esportivos, resultando na finalização de 192 equipamentos esportivos e na execução de outros 161, fortalecendo a infraestrutura esportiva em todo o estado.

Uma das alternativas apontadas por estudiosos da área é o fortalecimento do papel da escola pública e das iniciativas comunitárias no fomento ao esporte como prática social emancipadora. A escola, como espaço de formação integral, deve assegurar o acesso ao esporte de forma crítica, pedagógica e inclusiva, rompendo com visões tecnicistas ou meritocráticas. As práticas esportivas comunitárias, por sua vez, quando articuladas com movimentos sociais e com o poder público local, podem contribuir para a construção de políticas mais sensíveis às realidades dos territórios, promovendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

A análise das políticas sociais brasileiras a partir do campo esportivo revela que o esporte, longe de ser um espaço neutro ou meramente recreativo, é atravessado pelas mesmas contradições e desigualdades que marcam a sociedade. O discurso da inclusão pelo esporte, embora mobilizador, precisa ser confrontado com a materialidade das condições de vida da população brasileira. É fundamental que as políticas públicas de esporte sejam concebidas de forma integrada, participativa e permanente, orientadas por uma lógica de justiça social e não apenas de eficiência ou visibilidade. Somente assim será possível romper com o ciclo de exclusão e construir um esporte verdadeiramente democrático e emancipador.

Referências

A TARDE. Projetos sociais em Salvador promovem inclusão pelo esporte. Disponível em: <https://www.atarde.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; PASSOS, Felipe Barbosa. Esporte, cidadania e controle social: uma reflexão crítica sobre as políticas públicas esportivas no Brasil. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/10607>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BA.GOV.BR. Programas e ações esportivas na Bahia. Disponível em: <https://www.ba.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COSTA, Lamartine Pereira da. Políticas públicas de esporte no Brasil: contradições e perspectivas. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 9–28, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ECBahia.com. Projeto Bora Bahêa Meu Bairro. Disponível em: <https://www.ecbahia.com>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FRANCISCO. Mensagem em vídeo do Papa Francisco por ocasião do encontro promovido pela Congregação para a Educação Católica: "Global Compact On Education". Together To Look Beyond" Vaticano, 15 out. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20201015_videomessaggio-global-compact.html. Acesso em: 15 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA INTELIGÊNCIA ESPORTIVA (IPIE). Estudo sobre investimento público em esporte no Brasil: destaque para a Bahia (2023–2025). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://ipie.ufpr.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

JORNAL FOLHA DO ESTADO. Governo anuncia R\$ 10 milhões em incentivos fiscais para o FazAtleta 2025 e projetos sociais. Disponível em:

https://www.jornalfolhadoestado.com/municipios/governo-anuncia-r-10-milhoes-em-incentivos-fiscais-para-o-fazatleta-2025-e-projetos-sociais?utm_source=chatgpt.com.

Acesso em: 15 jul. 2025.

JORNAL GRANDE BAHIA (JGB). Esporte e inclusão social. Disponível em:

<https://www.jornalgrandebahia.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MARQUES, Renato; GUTIERREZ, Gustavo Luís. Políticas públicas e esporte: perspectivas críticas. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 36, n. 3, p. 563-572, 2014.

NETO, Leonardo Guimarães. Desigualdades regionais e políticas sociais no Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 86, 1995, p. 123-152.

PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte: ensino, esporte e cidadania. Campinas: Autores Associados, 2016.

ROSSI, Renildo; ALENCAR, Roselene; ROSSI, Mariana; PEREIRA, Antonino. A Fundação de Apoio e Mobilização Social (FAMFS), o esporte e a inclusão social. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 2020. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_72c597b767a5d6f71f2bda67df97b03a.

Acesso em: 15 jul. 2025.

STIGGER, Marco Paulo. Esporte, lazer e estilos de vida: estudos antropológicos. Campinas: Autores Associados, 2002.

TAFFAREL, Celi Zulke. Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade: evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 26, n. 2, p. 299-316, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce>. Acesso em: 15 jul. 2025.

TUBINO, Manoel José Gomes. Dimensões sociais do esporte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões sobre os megaeventos no Brasil. Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ISSN 1676-3459

REVISTA VERITATI

ISSN 1676-3459

REVISTA VERITATI